LUCAS ROSA MONTEIRO

**A justa causa nas cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e
impenhorabilidade sobre os bens da legítima**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. José Fernando Simão

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

LUCAS ROSA MONTEIRO

**A justa causa nas cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e
impenhorabilidade sobre os bens da legítima**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Dr. José Fernando Simão.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Monteiro, Lucas Rosa

A justa causa nas cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade sobre os bens da legítima / Lucas Rosa Monteiro ; orientador José Fernando Simão -- São Paulo, 2018.

182 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Sucessões. 2. Testamento. 3. Legítima. 4. Justa Causa. 5. Cláusulas. I. Simão, José Fernando, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha família e, principalmente, aos meus pais, Adauto e Filomena. As palavras são poucas para mensurar o amor, o carinho e a gratidão que tenho por vocês dois. Torço para que um dia meu filho tenha motivo para me admirar como eu os admiro.

Meu especial agradecimento para Fabiana. Saiba que sou muito grato, dentre tantas outras coisas, pelo seu incondicional companheirismo ao longo desses anos. Valorizo tudo o que você fez por mim, mesmo com todas as dificuldades que você enfrenta diariamente. Espero poder retribuir tudo no futuro.

“Last but not least”, como gosta de dizer, deixo meu profundo agradecimento ao Professor Simão. Gostaria de revelar, nessa oportunidade, que suas aulas a partir do segundo ano da graduação foram essenciais para que encontrasse meu caminho no curso de direito e chegasse aqui. Muito obrigado pelas sábias lições, pelas portas abertas e por despertar em mim a paixão pelo direito civil.

Nome: MONTEIRO, Lucas Rosa.

Título: A justa causa nas cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade sobre os bens da legítima.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

O tema desenvolvido na presente dissertação versa sobre o requisito de justa causa para o estabelecimento de cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade por testamento sobre a legítima, com o objetivo de oferecer parâmetros para a aplicação do artigo 1.848, *caput*, do Código Civil vigente. Para o desenvolvimento do trabalho, propõe-se a exposição de algumas noções gerais a respeito da sucessão *causa mortis* e do direito das sucessões, o que permite a análise dos valores contraditórios que informam esse ramo do direito civil, também por influência histórica de culturas distintas. Demonstrando que a justa causa se insere no centro desse embate, na ausência de um parâmetro claro no texto de lei, parte-se do pressuposto que a tomada de postura nesse contexto pode ajudar a elucidar o problema com o qual se depara o aplicador da norma. Para melhor compreensão do assunto, são apresentadas linhas gerais acerca da legítima, sua proteção e as restrições que comporta, dentre as quais estão as cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade. Em seguida, investigam-se a origem e a natureza da justa causa, à luz das diretrizes que orientaram a elaboração do Código Civil de 2.002, e, a partir desses elementos, argumenta-se por uma interpretação restritiva do requisito legal, uma leitura mais intervencionista sobre a vontade do testador. Com base nas lições da doutrina brasileira, busca-se traçar uma moldura para a aplicação do requisito em questão e analisa-se se esse caminho encontra respaldo nos tribunais nacionais. Ao final, são abordadas outras questões polêmicas em torno da justa causa: a regra de direito intertemporal prevista no artigo 2.042 do Código Civil, o plano do negócio jurídico afetado pela inobservância da exigência e a extensão do requisito para as doações feitas em adiantamento da legítima.

Palavras-chave: Sucessões. Testamento. Legítima. Justa causa. Cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.

MONTEIRO, Lucas Rosa. A justa causa nas cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade sobre os bens da legítima. 182 pp. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Janeiro de 2018.

ABSTRACT

The theme developed herein is concerning the requirement of just cause for the establishment of inalienability, incommunicability and negative pledge provisions by will over the statutory portion of the inheritance, with the purpose of providing parameters for the application of Article 1,848, *caput*, of the current Brazilian Civil Code. For the development of the work, we propose to expose some general concepts on *causa mortis* succession and the succession law, which will allow us to analyze the contradictory values that affect this area of civil law, also under historical influence of different cultures. By exposing that just cause is part of this conflict, in the absence of a clear parameter in the text of the law, we assume that defining a position in this context may help to elucidate the problem faced by judges, lawyers and other law scholars. For a better understanding of the matter, we present the general rules on the statutory portion of the inheritance, its protection and the restrictions over it, among them, the inalienability, incommunicability and negative pledge provisions. Then we exam the origin and nature of the just cause, subject to the guidelines under which the current Brazilian Civil Code was prepared, and, as from such elements, we suggest a restrictive interpretation of the legal requirement, a more interventionist reading on the will of the testator. Based on the lessons of the Brazilian doctrine, we try to outline a framework for the application of the abovementioned requirement and we analyze whether this path is supported by national courts. Finally, we exam other controversial issues regarding just cause: the transitory rule set forth in Article 2,042 of the current Brazilian Civil Code, the consequences of breaching the requirement analyzed herein and the extension of the requirement for donations deemed as anticipation of the statutory portion of the inheritance.

Keywords: Succession. Wil. Statutory portion of the inheritance. Just cause. Inalienability, incommunicability and negative pledge provisions.

MONTEIRO, Lucas Rosa. The just cause in the inalienability, incommunicability and negative pledge provisions over the statutory portion of the inheritance. 182 pp. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo. January 2018.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – O DIREITO DAS SUCESSÕES E O PROBLEMA DA SOLUÇÃO DE COMPROMISSO	16
1.1) Noções gerais sobre sucessão e direito sucessório	16
1.2) A razão de ser da sucessão <i>causa mortis</i>	17
1.3) Modalidades de sucessão quanto a fonte ou título de vocação.....	20
1.4) Fundamentos das sucessões legítima, necessária e testamentária	25
1.5) Coexistência das diferentes modalidades sucessórias	32
1.6) O problema da solução de compromisso no direito sucessório	36
1.7) A justa causa e o problema da solução de compromisso	39
2 – A LEGÍTIMA E O PERFIL DO DIREITO DAS SUCESSÕES NO SISTEMA BRASILEIRO	41
2.1) Noções gerais sobre a legítima no direito brasileiro.....	41
2.2) Argumentos acerca da legítima.....	49
2.3) O perfil do direito sucessório brasileiro.....	55
2.4) Intangibilidade da legítima no direito brasileiro.....	60
2.5) Restrições à legítima no direito brasileiro	65
3 – AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE PROPRIEDADE: INALIENABILIDADE, INCOMUNICABILIDADE E IMPENHORABILIDADE.....	71
3.1) Noções gerais sobre direito de propriedade e cláusulas restritivas.....	71
3.2) Cláusula de inalienabilidade	75
3.3) Cláusula de incomunicabilidade	97
3.4) Cláusula de impenhorabilidade.....	102
3.5) Críticas às cláusulas restritivas de propriedade	108
4 – AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS E A JUSTA CAUSA DO ARTIGO 1.848, CAPUT, DO CÓDIGO CIVIL	118
4.1) Aspectos legislativos históricos e natureza jurídica	118
4.2) Objeções ao requisito da justa causa.....	139
4.3) Argumentos por uma leitura restritiva da justa causa.....	142
4.4) A definição de justa causa	149
4.5) A aplicação da justa causa pelos tribunais brasileiros	159

5 – OUTRAS QUESTÕES RELATIVAS À JUSTA CAUSA.....	162
5.1) Direito intertemporal e a regra do artigo 2.042 do Código Civil	162
5.2) Consequência pelo não cumprimento da exigência legal	166
5.3) Justa causa nas doações em antecipação da legítima	169
CONCLUSÃO.....	172
BIBLIOGRAFIA.....	175

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo é a exigência legal, prevista no *caput* do artigo 1.848 do Código Civil brasileiro vigente, de apresentação de *justa causa* para a instituição de cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade por meio de testamento sobre os bens que compõem a legítima, parcela da herança que deve ser destinada obrigatoriamente por lei para certos herdeiros. Dispõe o referido comando legal: “Salvo se houver justa causa, declarada no testamento, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima”.

O tema se insere no âmbito do direito das sucessões, ramo do direito civil que disciplina a sucessão *causa mortis*. Tradicionalmente, esse fenômeno é classificado pela doutrina jurídica de acordo com a fonte de vocação dos herdeiros sucessíveis. Nesse sentido, a sucessão *causa mortis* pode resultar de disposição de lei, denominada sucessão legal, ou de vontade humana, chamada sucessão voluntária. O objeto da pesquisa transita entre essas duas categorias, na medida em que a exigência diz respeito à porção legítima da herança, assunto basilar da sucessão necessária ou legitimária, subespécie da sucessão legal, e à imposição das três cláusulas mencionadas por intermédio de testamento, matéria pertinente à sucessão testamentária, subespécie da sucessão voluntária. Tal questão será esmiuçada logo adiante no capítulo inicial.

Há três principais razões que justificam a escolha do tema. A primeira delas é que, ao demandar do autor do ato de última vontade a exposição de motivação, o Código Civil vigente inovou na ordem jurídica brasileira, uma vez que a legislação pretérita não exigia a apresentação de qualquer justificativa para a imposição das cláusulas da inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade por testamento sobre os bens da legítima. Essa era também a orientação amplamente predominante na doutrina e na jurisprudência nacionais. É preciso esclarecer que, no tocante à parte disponível da herança, fração da qual pode o testador dispor livremente, não era, como continua a não ser, obrigada a declaração de motivos, prevalecendo nesse aspecto a noção de ampla liberdade do autor do testamento na estipulação de gravames.

Como o diploma civilista entrou em vigor somente há pouco mais de uma década, mais precisamente no ano de 2.003, considerando também a pobreza da lide testamentária nos tribunais do país, em decorrência do hábito do brasileiro morrer intestado, nota-se a escassez de trabalhos de pesquisa específicos a respeito do assunto. Cuida-se, portanto, de uma novidade que ainda carece de maior aprofundamento.

A segunda razão é a constatação de que a possibilidade conferida ao testador de instituir cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre os bens que compõem a legítima é uma peculiaridade do direito pátrio, não encontrada sequer nos demais sistemas jurídicos de origem romano-germânica, os quais não admitem tal prática. Por consequência, também não se depara com uma determinação legal de justificação de idêntica natureza nas respectivas legislações. Esse caráter de exclusividade da matéria no direito brasileiro revela um pouco da dificuldade do tema, visto que não existem construções em outros sistemas acerca do mesmo problema exatamente.

A terceira razão é o elevado grau de vagueza, incerteza, imprecisão e subjetividade da locução *justa causa*, suscitando dúvidas no intérprete a respeito de seu conteúdo. A opção do legislador pelo uso de um termo indeterminado, nota característica de um sistema considerado aberto, sem a indicação de um parâmetro claro, provoca um cenário de insegurança, uma vez que não se sabe se a justificativa apresentada pelo autor do testamento será ou não suficiente para a manutenção dos gravames de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade que deseja estabelecer sobre os bens da legítima. Afinal, não basta que a *causa* seja revelada, a legislação ainda prevê que ela deve ser *justa*. Desse modo, emerge como ponto fundamental do debate definir, com algum grau de generalidade, quais motivos são ou não dotados desse traço de justiça.

O direito sucessório brasileiro, assim como outros de matriz romano-germânica, é informado por princípios e valores diversos, muitas vezes opostos, o que revela uma alta complexidade na interpretação de seus institutos. Essa dificuldade se faz presente na tarefa de compreender a justiça do motivo declinado pelo autor do ato de última vontade, principalmente pela ausência de um parâmetro claro no texto de lei. Na tentativa de eliminar o contexto de insegurança gerado pela expressão *justa causa*, parte-se da hipótese de que o intérprete deve adotar uma postura clara diante de circunstâncias heterogêneas, assumindo

uma posição que eventualmente venha a privilegiar um valor em detrimento de outro, porém com o intuito de encontrar a solução que melhor represente o sistema analisado.

Em síntese, esse estudo tem como principal objetivo investigar o conteúdo da justa causa demandada pela legislação nacional na instituição de cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade por testamento sobre os bens da porção legítima da herança e delimitar, ainda que com alguma generalidade, a sua abrangência, em conformidade com as regras e os princípios do atual direito sucessório pátrio, tudo com o escopo de contribuir para a aplicação da novidade trazida pelo artigo 1.848, *caput*, do Código Civil e colaborar com a redução das incertezas em torno da matéria. Não obstante o viés prático dessa análise, ainda é possível ressaltar o interesse teórico pela investigação de valores do sistema brasileiro da sucessão *causa mortis*, muitas vezes divergentes entre si.

Para o desenvolvimento dos temas acima propostos, inicialmente serão apresentadas algumas noções gerais a respeito da própria sucessão *causa mortis* e do direito das sucessões. Nesse aspecto, será dada especial atenção à classificação da sucessão feita a partir do critério da fonte ou título da vocação sucessória, analisando o fundamento racional de cada uma das figuras oriundas dessa divisão e a coexistência dessas diferentes modalidades no mesmo sistema jurídico, o que terá utilidade para ilustrar a existência de uma tensão valorativa permanente no direito sucessório. Além disso, será exposta a denominada *solução de compromisso*, que contribui diretamente para esclarecer esse difícil equilíbrio na própria gênese do direito das sucessões nos sistemas de origem romano-germânica, como é o caso do direito brasileiro. Cabe assinalar que a justa causa exigida pelo artigo 1.848, *caput*, do Código Civil, conforme se verificará mais adiante, encontra-se no centro do embate axiológico travado nesse domínio do direito civil.

Em seguida, serão apontadas algumas linhas gerais a respeito da porção legítima da herança e argumentos favoráveis e contrários a sua existência. Como relatado, a justa causa é demandada somente para o estabelecimento de gravames sobre os bens dessa fração hereditária. A análise do instituto possibilita um melhor entendimento das razões que motivaram essa modificação legislativa, bem como as críticas formuladas pela doutrina jurídica contra a peculiaridade brasileira em autorizar tal restrição aos direitos dos herdeiros necessários. Ademais, trata-se de instituto central no direito sucessório, essencial para entender a coexistência de princípios e valores opostos na sua essência, oportunidade para traçar um perfil

geral desse ramo do direito civil no Brasil. Tendo em vista o objeto do presente estudo, serão colocadas em evidência as questões da intangibilidade da legítima e das possíveis limitações que esse princípio pode vir a sofrer.

Depois, serão apresentadas as cláusulas restritivas de propriedade – inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade –, de forma a permitir uma melhor compreensão das restrições que implicam sobre os direitos dos herdeiros que recebem os bens da legítima gravados pelo autor do testamento. Nesse ponto, serão expostos conceitos, classificações, discussões acerca da natureza jurídica, efeitos jurídicos mais importantes e principais objeções formuladas por seus detratores. Naturalmente devem ser destacadas, até pela estreita relação com o objeto do trabalho de pesquisa, as contundentes críticas feitas por grande parcela da doutrina à possibilidade conferida pela legislação nacional ao autor do ato de última vontade de clausular a porção legítima.

Definidas todas essas premissas, será analisada de maneira minuciosa a instituição dos mencionados gravames sobre os bens que compõem a legítima, a partir da evolução da legislação pátria acerca do tema, identificando o marco do nascimento dessa peculiaridade nacional, até o advento do Código Civil de 2.002, que trouxe a exigência da exposição de justa causa em testamento. Essa modificação legislativa deve ser contextualizada conforme as diretrizes traçadas pelo diploma civilista vigente, cabendo indagar o que a teria motivado naquele momento. Nesse particular, revela-se essencial discorrer a respeito dos modelos jurídicos abertos encontrados com frequência na legislação, definindo a qual deles corresponde a justa causa testamentária. Esses elementos permitirão averiguar sua natureza jurídica, algo essencial para estabelecer uma moldura mais clara para sua aplicação.

Na sequência, serão examinadas críticas e argumentos da doutrina em torno da justa causa, além da aplicação do *caput* do artigo 1.848 do Código Civil de 2.002 pelos tribunais nacionais. A partir desses elementos, acrescidos de uma necessária tomada de postura axiológica, será possível oferecer uma proposta de interpretação da justa causa com parâmetros mais seguros.

Por fim, serão abordados outros problemas relacionados à justa causa, quais sejam, a aplicação e a constitucionalidade da regra de direito intertemporal prevista no artigo 2.042 do Código Civil de 2.002, o plano de negócio jurídico afetado pela inobservância do requisito e a extensão da exigência legal para as doações feitas em antecipação de legítima.

Adverte-se que, embora o objetivo central do trabalho seja a justa causa testamentária sob uma perspectiva material, eventualmente poderão ser tratadas de maneira superficial algumas questões processuais relativas a sua aplicação, sempre, no entanto, com o intuito de auxiliar o estudo do direito material.

CONCLUSÃO

O direito das sucessões, ramo do direito civil que disciplina o fenômeno da sucessão *causa mortis*, contém na sua própria estrutura valores diversos. Verificou-se, ao longo do trabalho, que a convivência entre alguns deles não é pacífica, com destaque para o embate entre a liberdade de testar – reflexo da autonomia privada – e a solidariedade familiar – ou, em uma visão mais tradicional, as limitações de ordem pública.

Nos sistemas de matriz romano-germânica, como é o caso do brasileiro, isso encontra explicação principalmente pela influência histórica de povos com concepções opostas do tema. O direito sucessório nesses países tem forte raiz no direito romano – clássico e pós-clássico –, de natureza individualista, e no direito germânico, marcado por um caráter comunitário, além do direito canônico, de espírito mais conciliador entre essas duas vertentes. Na lição de Antônio Junqueira de AZEVEDO, nesses sistemas o direito das sucessões não é nada além de um complexo compromisso entre valores e princípios opostos, ao que dá o nome de *solução de compromisso*.

A legislação nacional, desde a Lei Feliciano Penna (Decreto nº 1.839 de 1.907), autoriza o estabelecimento das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade por testamento sobre a porção legítima da herança, peculiaridade do direito pátrio não encontrada em outras nações. Embora as cláusulas atuem de maneira distinta, boa parte da doutrina critica – com razão, em relação às cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade – essa possibilidade, visto que as restrições impostas podem provocar a paralisação do patrimônio e impedir o exercício pleno da propriedade pelos herdeiros necessários sobre os bens da reserva, violando o princípio da intangibilidade – raciocínio que não se estende para a incomunicabilidade, que não prejudica o sucessor.

Para evitar a prática de abusos, o Código Civil vigente (Lei nº 10.406 de 2.002) inovou na matéria ao demandar do autor do ato de última vontade a apresentação de justa causa para a instituição dos gravames nessas condições. O avanço da matéria foi tímido, já que deixou de suprimir essa particularidade do direito pátrio, e insatisfatória, porque criou um novo ponto de controvérsia: a necessidade de definir o que configura essa justa causa.

O novo requisito legal se encontra no centro do conflito acima mencionado, uma vez que busca restringir a liberdade do testador e garantir a inviolabilidade da quota indisponível. Por isso mesmo, a proposta do trabalho foi a análise da justa causa, conceito indeterminado sem parâmetro claro em lei para sua aplicação, à luz da *solução de compromisso* de Antonio Junqueira de AZEVEDO, o que demanda do intérprete uma tomada de postura para que um valor seja prestigiado em detrimento do outro.

Ao contrário do que ocorre em outros países, o Brasil procura conciliar de maneira equilibrada essas duas forças – solução elogiada no trabalho –, o que se constata da análise de seus institutos de direito sucessório (v.g., redução das disposições testamentárias, rompimento do testamento, redução da doação inoficiosa, colação, indignidade e deserdação). No entanto, a conciliação de valores contraditórios nunca é simples, uma vez que um lado deve exigir, ao menos em parte, um sacrifício do outro. Por tal motivo, esse ponto de equilíbrio sofre constantes modificações por variadas pressões sociais ao longo do tempo, ora pendendo para um lado, ora para outro.

Nesses termos, levando em consideração as alterações ocorridas após o advento do Código Civil de 1.916 (Lei nº 3.071) – também apontadas na dissertação –, identifica-se que o atual direito sucessório brasileiro tem se inclinado para o fator germânico em detrimento do romano, no sentido de limitar a autonomia privada nessa área do direito civil e favorecer maior intervenção sobre a vontade em prol da família. Essa tendência, na falta de um parâmetro claro na redação do artigo 1.848 do Código Civil de 2.002, foi utilizada como suporte para sustentar uma leitura restritiva da justa causa, admitindo em poucas hipóteses o preenchimento do requisito legal e a manutenção dos gravames sobre a reserva para que seja transmitida sem qualquer tipo de restrição.

Analisando posições doutrinárias acerca da matéria, foram identificadas balizas para a aplicação de justa causa testamentária. A motivação apresentada (i) deve guardar relação com a finalidade de proteção implícita da respectiva cláusula, (ii) não pode ter ligação com sentimentos poucos nobres do autor do testamento, como vaidade, egoísmo, arbitrariedade ou vingança, (iii) não pode conter explicação genérica referente à intenção implícita por trás do gravame, (iv) não pode traduzir uma opinião pessoal do testador em relação ao sucessor e (v) deve se basear em fatos concretos que demonstrem a necessidade de tutela.

Em atenção a esse posicionamento mais intervencionista, criticou-se a inclusão da cláusula de incomunicabilidade no dispositivo legal, uma vez que não prejudica o herdeiro necessário, posicionando-se por mudança legislativa a respeito do tema. Entende-se que tal gravame, mesmo sobre a legítima, é benéfico, não sendo necessário restringir a vontade do testador nesse aspecto. Ainda, destacou-se a possibilidade de apresentação de justificativa mais genérica para sucessores incapazes, ante a necessidade da promoção de proteção mais intensa nessas situações.

Traçadas essas linhas, acredita-se que é possível estabelecer uma moldura mais clara para a aplicação da justa causa do artigo 1.848 do Código Civil.

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, Viviane de Silveira, *Cláusula de inalienabilidade e motivação*, in *Revista Eletrônica de Direito Civil* 04 (2013), disponível in <http://civilistica.com/clausula-de-inalienabilidade-e-motivacao/> [10-01-2018].

ALMEIDA, José Luiz Gavião de, *Direito das Sucessões. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima – Artigos 1.784 a 1.856*, in AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.), *Código Civil Comentado*, vol. 23, São Paulo, Atlas, 2003.

ANTONINI, Mauro, *Código Civil Comentado*, in PELUSO, Cezar (coord.), *Código Civil Comentado*, 2ª ed., São Paulo, Manole, 2008, pp. 2005-2011.

ANTONINI, Mauro, *Sucessão Necessária*, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2013.

ARISTOTELES, *Metà ta physikà*, trad. port. COCEO, Vincenzo, *Metafísica*, São Paulo, Abril S. A. Cultural, 1984.

AUBRY, Charles – RAU, Charles, *Cours de Droit Civil Français*, tomo 11, 5ª ed., Paris, Marchal et Godde, 1919.

AZEVEDO, Álvaro Villaça, *Cláusula cif. – Coimbra (cursos jurídicos)*, in FRANÇA, Rubens Limongi (coord.), *Enciclopédia Saraiva do Direito*, vol. 15, São Paulo, Saraiva, 1977.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de, *O espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supra-individualistas da família. Herdeiro e legatário*, in *Revista da Faculdade de Direito* 95 (2000), pp. 273-281.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, *Discrecionariedade e Controle Jurisdicional*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.

BANDEIRA, Gustavo, *A Inconstitucionalidade da Cláusula de Inalienabilidade e da Declaração de sua Justa Causa, Prevista no Novo Código Civil para os Testamentos Lavrados na Égide do Código de 1916*, in *Revista da EMERJ* 24 (2003), 2003, pp. 191-204.

BEVILÁQUA, Clóvis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*, vol. 6, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1919.

BEVILÁQUA, Clóvis, *Direito das Coisas*, vol. 1, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1941.

BEVILÁQUA, Clóvis, *Direito das Sucessões*, Campinas, Red Livros, 2000.

BORGES, Toni Bazarelli, *Cláusulas restritivas da propriedade (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade)*, in *Revista de Direito Imobiliário* 73 (2012), pp. 233-272.

BUSSI, Emilio, *La formazione dei dogmi di diritto privato nel diritto comune: contratti, successioni, diritti di famiglia*, Padova, Cedam, 1971.

CARBONNIER, Jean, *Droit Civil*, vol. 3, Paris, Presses Universitaires France, 1975.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Lino de, *Das cláusulas restritivas da legítima*, in FARIAS, Cristiano Chaves de (coord.), *Temas Atuais de Direito e Processo de Família – Primeira Série*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004, pp. 615-646.

CARVALHO SANTOS, João Manoel de, *Código Civil Brasileiro Interpretado*, vol. 24, 8ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1963.

CLÁPIS, Alexandre Laizo, *Clausulação da legítima e a justa causa do art. 1.848 do Código Civil*, in *Revista de Direito Imobiliário* 57 (2004), pp. 09-26.

COLIN, Ambroise – CAPITANT, Henri, *Traité de Droit Civil*, tomo I, Paris, Librairie Dalloz 1957.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.

COSTA, Mario Júlio de Almeida, *A Liberdade de Testar e a Quota Legitimária no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, José, *Cláusula de Incomunicabilidade na Sucessão Testamentária*, in *Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região* 78 (2006), pp. 49-56.

DEMOLOMBE, Charles, *Cours de Code Napoléon*, tomo II, vol. 19, Paris, Imprimerie Général, 1876.

DIAS, Maria Berenice, *Manual das Sucessões*, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena, *Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões*, vol. 6, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2013.

ENGISCH, Karl, *Einführung in das Juristische Denken*, 1983, trad. port. de MACHADO, João Machado, *Introdução ao Pensamento Jurídico*, 8ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

FACHIN, Luiz Edson, *Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo*, Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de, *Disposições testamentárias e clausulação da legítima*, in HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes – PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.), *Direito das Sucessões e o Novo Código Civil*, Belo Horizonte, Del Rey, 2004, pp. 229-250.

FIORANELLI, Ademar, *Das cláusulas restritivas de inalienabilidade – Impenhorabilidade – Incomunicabilidade – Sub-rogação. Aspectos práticos – Doutrina – Jurisprudência*, in *Revista de Direito Imobiliário* 19/20 (1987), pp. 37-59.

GIORGIS, José Carlos Teixeira, *A justa causa no novo testamento*, in DELGADO, Mário Luiz – ALVES, Jones Figueiredo (coord.), *Questões Controvertidas no novo Código Civil*, vol. 2, São Paulo, Método, 2004, pp. 145-166.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de, *Dos herdeiros necessários e da gravação da legítima no novo Código Civil*, in NANNI, Giovanni Ettore (coord.), *Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo – Reflexões sobre os cinco anos do Código Civil – Estudos em homenagem ao Professor Renan Lotufo*, São Paulo, Atlas, 2008, pp. 718-748.

GOMES, Orlando, *Anteprojeto de Código Civil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1962.

GOMES, Orlando, *Sucessões*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.

GONÇALVES, Carlos Roberto, *Direito Civil Brasileiro – Direito das Coisas*, vol. 5, São Paulo, Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto, *Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões*, vol. 7, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2012.

GRAU, Eros Roberto, *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005.

GUIMARÃES, Cláudia Maria Resende Neves, *A justa causa prevista no art. 1.848 do Código Civil Brasileiro para clausulação da legítima*, in *Revista do Instituto do Direito Brasileiro* 09 (2013), pp. 9583-9625.

GUIMARÃES, Cláudia Maria Resende Neves, *A renúncia à herança gravada com inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade*, in *Revista da ESMape* 35 (2012), pp. 55-83.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *Parte Especial – Do Direito das Sucessões – Da Sucessão em Geral; Da Sucessão Legítima (Arts. 1.784 a 1.856)*, in AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.), *Comentários ao Código Civil*, vol. 20, São Paulo, Saraiva, 2003.

ITABAIANA DE OLIVEIRA, Arthur Vasco, *Tratado de Direito das Sucessões*, vol. 1 e 2, 4ª ed., São Paulo, Max Limonad, 1952.

JOSSERRAND, Louis, *Cours de Droit Civil Positif Français*, vol. 3, 2ª ed., Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1933.

LEITE, Eduardo de Oliveira, *Do Direito das Sucessões (Arts. 1.784 a 2.027)*, in TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.), *Comentários ao Novo Código Civil*, vol. 21, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2004.

MALUF, Carlos Alberto Dabus, *Cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS-COSTA, Judith – BRANCO, Gerson, *Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2002.

MARTINS-COSTA, Judith, *O Direito Privado como um “sistema em construção” – As cláusulas gerais no Projeto do Código Civil Brasileiro*, in *Revista de Informação Legislativa* 139 (1998), pp. 05-22.

MAZEAUD, Henri – MAZEAUD, Jean – MAZEAUD, Léon – JUGLART, Michel de, *Leçons de Droit Civil*, tomo IV, vol. 2, 2ª ed., Paris, Montchrestien, 1972.

MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil – Direito das Coisas*, vol. 3, 26ª ed., São Paulo, Saraiva, 1988.

MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 6, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1989.

NADER, Paulo, *Curso de Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 6, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.

NEVARES, Ana Luiza Maia, *A Função Promocional do Testamento – Tendências do Direito Sucessório*, Rio de Janeiro, Renovar, 2009.

NEVARES, Ana Luiza Maia, *As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sob a ótica civil-constitucional*, in *Revista Trimestral de Direito Civil* 05 (2001), pp. 211-247.

NEVARES, Ana Luiza Maia, *O princípio da intangibilidade da legítima*, in MORAES, Maria Celina Bodin de (coord.), *Princípios do direito civil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Renovar, 2006, pp. 495-545.

NEVES, Rodrigo Santos, *A Inalienabilidade, a Incomunicabilidade, a Impenhorabilidade e o Direito das Sucessões*, in *Revista IOB de Direito de Família* 59 (2010), pp. 43-62.

NONATO DA SILVA, Orosimbo, *Estudos sobre sucessão testamentária*, vol. 2, Rio de Janeiro, Forense, 1957.

OTERO, Marcelo Truzzi, *Justa Causa Testamentária – Inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre a legítima do herdeiro necessário*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2012.

PEREIRA DOS SANTOS, Carlos Maximiliano, *Direito das Sucessões*, vol. 1, 2 e 3, 4ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1958.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 6, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1999.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil – Direitos Reais*, vol. 4, 13ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1998.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues, *Direito das Coisas*, vol. 1, Coleção História do Direito Brasileiro – Direito Civil, Brasília, Senado Federal/Superior Tribunal de Justiça, 2004.

PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito das Sucessões Contemporâneo*, Lisboa, AAFDL, 2016.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de Direito Privado – Parte Especial – Direito das Sucessões: Sucessão testamentária. Testamento em geral. Disposição testamentárias em geral. Herança e legados*, tomo LVI, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1968.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de Direito Privado – Parte Especial – Direitos das Sucessões: Sucessões em Geral. Sucessão Legítima*, tomo LV, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1968.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado dos Testamentos*, vol. 4, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & C., 1935.

RADBRUCH, Gustav, *Rechtsphilosophie*, trad. port. de HOLZHAUSEN, Marlene, *Filosofia do Direito*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

REALE, Miguel – MARTINS-COSTA, Judith (coord.), *História do Novo Código Civil*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2005.

REALE, Miguel, *Vínculo – Da cláusula de inalienabilidade*, in DIP, Ricardo – JACOMINO, Sérgio (org.), *Doutrinas Essenciais – Direito Registral*, vol. 5, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014, pp. 837-838.

REALE, Miguel, *Visão Geral do Projeto de Código Civil*, disponível in <http://www.miguelreale.com.br>, s.l., s.d. [18-11-2018].

RIZZARDO, Arnaldo, *Direito das Sucessões*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006.

RODRIGUES, Sílvio, *Direito Civil – Direito das Coisas*, vol. 5, 27ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002.

RODRIGUES, Sílvio, *Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 7, 24ª ed., São Paulo, Saraiva, 2001.

RODRIGUES, Sílvio, *Direito Civil Aplicado*, vol. 6, São Paulo, Saraiva, 1994.

SIMÃO, José Fernando, *Concorrência sucessória na comunhão universal e na separação convencional*, disponível in <https://www.conjur.com.br/2017-out-15/processo-familiar-concorrenca-sucessoria-comunhao-universal-separacao-convencional>, s.l., 2017 [10-01-2018].

SOUZA, José Ulpiano Pinto de, *Das cláusulas restrictivas da propriedade: inalienabilidade, impenhorabilidade, incommunicabilidade, conversão e administração*, São Paulo, Salesianas, 1910.

STEFANO, Zulema Anacleto de, *Cláusulas restritivas: de inalienabilidade, de incommunicabilidade e de impenhorabilidade*, in *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial* 62 (1992), pp. 47-67.

TARTUCE, Flávio – SIMÃO, José Fernando, *Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 6, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, São Paulo, Método, 2012.

TELLES, Inocêncio Galvão, *Direito das Sucessões – Noções Fundamentais*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1980.

VELOSO, Zeno, *Código Civil Comentado*, in FIUZA, Ricardo – SILVA, Regina Beatriz Tavares da (coord.), *Código Civil Comentado*, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo, *Direito Civil – Direito das Sucessões*, vol. 7, 12ª ed., São Paulo, Atlas, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo, *Inalienabilidade, impenhorabilidade e incommunicabilidade*, in *Revista do Advogado* 91 (2007), pp. 130-136.

VIANNA, Martha Heloísa Winkler da Costa e Silva, *Das cláusulas restritivas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade*, in *Revista dos Tribunais* 660 (1990), pp. 70-82.

WALD, Arnoldo, *Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões*, vol. 5, 8ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991.

Projecto do Codigo Civil Brasileiro – Trabalhos da Comissão Especial da Camara dos Deputados, vol. 2, 3 e 6, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.